

TÍTULO:

A CRIAÇÃO DA BANCA NACIONALIZADA

E A SUA POSTERIOR DESTRUÇÃO

TEMÁTICA:

A mobilização dos trabalhadores bancários ocorrida nos anos anteriores a Abril de 1974 contribuiu para, logo após o desencadear da Revolução de Abril, criar condições propícias para uma intervenção muito ativa no funcionamento do sector bancário. Os sindicatos bancários, com a colaboração de numerosos trabalhadores, logo se encarregaram de organizar um controlo de gestão dos bancos, como o objetivo de defenderem, não só as suas condições de trabalho, mas também as próprias instituições bancárias, fortemente ameaçadas pela corrupção e a sabotagem.

Acresce a este fator, os efeitos que se estavam a sentir no País da crise económica de 1973 que desencadeou uma desenfreada especulação bolsista, a concessão de crédito a atividades especulativas apoiadas pelos próprios bancos, em detrimento do crédito à produção, as transferências anormais de capitais para o estrangeiro. A ameaça de falência de alguns bancos, a manutenção de coeficientes de liquidez e solvabilidade abaixo dos limites aconselháveis, motivaram uma grande preocupação entre os bancários, incluindo muitos dos quadros de chefia e direção. Neste ambiente, as direções sindicais assumiram a defesa imediata da coordenação e fiscalização dos bancos e, pouco depois, defenderam junto do Governo Provisórios a necessidade de nacionalizar a Banca.

Após a nacionalização em 14 de Março de 1975, os próprios Sindicatos, com o apoio do MFA, tomaram a iniciativa de fechar os bancos e afirmaram a sua disposição de só os reabrirem em novos moldes, ao serviço do Povo.

Nos nove meses que se seguiram, técnicos bancários substituíram os órgãos sociais dos bancos, souberam manter o seu funcionamento regular, beneficiando do apoio consciente de muitos quadros diretivos e de gerência, de delegados sindicais e da generalidade dos restantes trabalhadores. Constituíram-se numerosas comissões e grupos de trabalho que estudaram e apresentaram inúmeras propostas para melhorar o funcionamento dos serviços bancários e proceder à sua reestruturação.

Logo, nos primeiros dias de 1976, as Comissões Administrativas foram substituídas por Conselhos de Gestão constituídos por um conjunto de diretores e técnicos que, na sua maioria, nada tinham a ver com a nacionalização bancária. Os governos que se seguiram apontaram os seus programas, abertamente e sem rodeios, para a sucessiva recuperação da via capitalista, a submissão da economia portuguesa aos interesses dos grandes monopólios nacionais e estrangeiros.

As medidas impostas em 1977, nos acordos firmados com o FMI, afetaram toda a estrutura económica e financeira do País e condicionaram a atividade e a situação financeira da Banca Nacionalizada, como ficou demonstrado num estudo sobre as “Consequências dos Acordos com o FMI na Gestão da Banca”, que abrange o período decorrido entre 1978 e 1984, ano em que se concretizou, em termos jurídicos, a privatização da Banca e a abertura de sucursais de bancos com sede no estrangeiro.

